

Livre empresa no Brasil atual

JOUBERT J. GOMES

A opção do Brasil por uma sociedade democrática nos faz contemporâneo das nações mais avançadas e coerentes com os movimentos sociais que hoje empolgam a maioria dos povos. Por isso, esse é um bom momento para propor algumas idéias sobre a livre empresa, seu papel na atual situação do País, suas funções econômicas e sua responsabilidade social.

No relacionamento Estado-Nação, habituamos-nos a ver o Estado onipresente, a quem tudo se pede e do qual tudo se espera. Vem daí a reação da sociedade contra a macrocefalia do Estado brasileiro, asfixiante sobre todos os setores da vida. "Menos Estado, mais Nação", resume esse sentimento. E confirma uma tese de 200 anos, do filósofo francês Alexis de Tocqueville: o Estado não deve interferir no que a sociedade pode resolver através de suas organizações autônomas.

Ele tratou desses assuntos ao estudar a formação dos Estados Unidos e suas teses são atuais para este Brasil de fim de milênio, embora não se condene, aqui, a intervenção do Estado como verdade absoluta. Talvez a questão seja a da oportunidade da interferência, e não da interferência em si mesma. Assim, creio que o Estado brasileiro ocupa indevidamente

espaços que caberiam à sociedade, mas deixa vácuos onde sua presença é reclamada. Por isso, ele é omissa no provimento da infraestrutura e no campo social, mas asfixiante na economia.

Nos países social e economicamente mais avançados, a presença do Estado é seletiva — e numerosa nos setores de produção de serviços públicos e sociais. Ou seja, ele não saiu das funções inerentes à sua atuação intermediadoras de conflitos em benefício da paz social.

A maior tarefa dos brasileiros é reduzir a pobreza

Nessa circunstância, a iniciativa privada assume um papel simétrico ao do Estado, garantindo a

primazia da atividade econômica e o suporte do poder público na prestação de serviços. A livre empresa tem a missão de buscar o avanço tecnológico para conviver no mercado competitivo e produzir os bens essenciais aos cidadãos. Tem de enfrentar o desafio de melhorar a qualidade, aumentar a oferta, para que todos tenham acesso a produtos semelhantes aos fabricados no mundo inteiro. Nessa área, o Estado precisa desempenhar, exclusivamente, função regulamentadora. Nada mais.

Hoje, o capitalismo brasileiro já é forte o suficiente para dis-

pensar a proteção do Estado. É viável o entrave ao desenvolvimento, quando essa presença aparece. Quem sofre o prejuízo é o consumidor final. Ele se torna presa de mercados cativos de pequenos grupos, vinculados a cartórios que viciam a competição e inibem a criatividade empresarial.

Da mesma forma, o moderno parque industrial brasileiro já não necessita da maioria das barreiras impostas à entrada de produtos estrangeiros. Se competimos com vantagem lá fora, não há por que rejeitá-los aqui.

A maior tarefa reservada à atual geração dos brasileiros é reduzir a pobreza, conferindo a todos o direito a uma vida digna, com acesso universal à educação e à saúde. A prestação de serviços sociais é dever primordial do Estado, mas cabe à iniciativa particular uma parcela de responsabilidade, principalmente quando se trata de atender às demandas de mercado. A decisão sobre o quê, quando e onde produzir deve superar as questões ligadas aos desejos legítimos de lucrar e progredir.

Com relação à pesquisa, as empresas devem descobrir formas mais eficazes de produzir o que interessa também ao consumidor de baixa renda, que vai se beneficiar da redução dos custos, notadamente no setor de medicamentos e de materiais de construção.

Nas relações trabalhistas, a meta maior do empresário moderno é a concessão de benefícios a seus servidores que, invariavelmente, resulta em proveito mútuo, vindos da assistência à saúde, à alimentação e da melhoria das condições de trabalho. Vantagens essas nem sempre previstas em lei, mas fundamentais para a consecução da justiça social.

Quando o País conclui uma importante etapa de seu processo democrático com eleições diretas para a Presidência da República, cabe a esperança de que os escolhidos sejam capazes de ultrapassar as dificuldades que hoje nos afligem. Sejam capazes de modernizar o Estado e levá-lo a retomar suas funções primordiais. Abram a nossa economia ao mundo, sem capatações, soberanamente, de forma competente. E, com a livre empresa, revertam o dramático quadro de injustiça social que nos envergonha.

□ Joubert J. Gomes é diretor-geral da Brasília S/A



PAULO ZILBERMAN